



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS - IFTO
CAMPUS PORTO NACIONAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARCELA RODRIGUES SOARES LOPES

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES: AS EXPERIÊNCIAS DOS ALUNOS SURDOS E
SEUS IMPACTOS NA AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS (IFTO),
CAMPUS PORTO NACIONAL**

**PORTO NACIONAL - TOCANTINS
2025**

MARCELA RODRIGUES SOARES LOPES

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES: AS EXPERIÊNCIAS DOS ALUNOS SURDOS E
SEUS IMPACTOS NA AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS (IFTO),
CAMPUS PORTO NACIONAL**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus* Porto Nacional, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Prof. Lelma Nunes Silva.

Coorientador(a): Pablo Felipe Sousa Castro.

**PORTO NACIONAL - TOCANTINS
2025**

FICHA CATALOGRÁFICA

(É adicionada aqui, na parte inferior da página, porém esse nome “Ficha Catalográfica” tem que ser excluído.)

MARCELA RODRIGUES SOARES LOPES

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES: AS EXPERIÊNCIAS DOS ALUNOS SURDOS E
SEUS IMPACTOS NA AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS (IFTO),
CAMPUS PORTO NACIONAL**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus* Porto Nacional, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LELMA NUNES SILVA**
Data: 09/12/2025 17:09:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Esp. Lelma Nunes Silva
Orientadora
IFTO *Campus* Porto Nacional

Documento assinado digitalmente
 **PABLO FELIPE SOUSA CASTRO**
Data: 09/12/2025 17:04:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Esp. Pablo Felipe Sousa Castro
Coorientador
IFTO *Campus* Porto Nacional

Documento assinado digitalmente
 **ALBANO DIAS PEREIRA FILHO**
Data: 26/01/2026 13:31:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o Dr. Albano Dias Pereira
Avaliador
IFTO *Campus* Porto Nacional

Documento assinado digitalmente
 **CYNTHIA SOUZA OLIVEIRA**
Data: 29/12/2025 19:20:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. Cynthia Souza Oliveira
Avaliadora
IFTO *Campus* Porto Nacional

Documento assinado digitalmente
 **THAYNARA DE SOUZA VALE**
Data: 26/01/2026 17:23:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Esp. Thaynara de Souza Vale
Avaliadora
SEDUC – TO

Aos Interpretes de Libras do CNAPNE, em especial à minha Orientadora Lelma Nunes e Coorientador Pablo Felipe. Aos Professores do curso de Pedagogia. E aos meus colegas de turma.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é um reflexo da minha jornada, e por isso agradeço, em primeiro lugar, aos professores do curso de Pedagogia que foram pilares na minha trajetória acadêmica, demonstrando em muitos momentos a acessibilidade e inclusão de que tanto precisei.

Agradeço também aos meus colegas de turma que foram a prova viva da inclusão no dia a dia da graduação. Em cada seminário, atividade em grupo e nas conversas cotidianas, vocês me fizeram sentir pertencente, valorizando genuinamente minha identidade, cultura e língua. A jornada foi mais leve e significativa por causa de vocês.

Agradeço à equipe de intérpretes de Libras do CNAPNE — Lelma Nunes, Pablo Felipe Castro, Milena Lagos, Marineuza Amorim e Jaqueline Santiago — que estiveram presente em toda a minha trajetória acadêmica. O trabalho realizado nas aulas, palestras e eventos foi essencial para garantir minha acessibilidade. São profissionais dedicados e comprometidos, cuja atuação contribuiu de forma significativa para minha formação.

Registro também minha gratidão à intérprete Thaynara de Souza Vale, que me acompanhou até o 4º período e seu profissionalismo colaborou de maneira importante para meu desenvolvimento acadêmico.

Agradeço à professora Maria Madalena Rodrigues Teles, por suas aulas acolhedoras, didáticas e motivadoras, que sempre inspiraram minha caminhada no curso de Pedagogia. Sua postura docente permanece como referência para mim.

Por fim, agradeço à minha Orientadora, Lelma Nunes Silva e ao meu Coorientador Pablo Felipe Sousa Castro, pela dedicação, paciência e orientações na construção deste Trabalho de Conclusão de Curso. Suas contribuições foram fundamentais para a realização deste estudo.

Contudo, desejo que este estudo vá além de uma homenagem, transformando-se também em um convite gentil à reflexão. Que ele sirva de inspiração para que continuem aprimorando suas metodologias, garantindo que a verdadeira inclusão do sujeito surdo seja uma realidade em cada prática pedagógica.

“As pessoas surdas não são definidas pelo que lhes falta, mas pelo que têm de mais valioso: uma língua visual que demonstra a versatilidade da capacidade humana”.

Lou Fant

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa a inclusão dos alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins (IFTO), *Campus* Porto Nacional, buscando responder ao problema de pesquisa: Como ocorre o processo de inclusão dos estudantes surdos no IFTO *Campus* Porto Nacional e quais são os principais desafios enfrentados por eles no ambiente escolar? Para isso, a pesquisa teve como objetivos específicos analisar a conformidade e a efetividade das estruturas de acessibilidade, identificar e caracterizar as barreiras metodológicas no processo de ensino-aprendizagem, e propor diretrizes para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas para o aluno surdo. A pesquisa fundamenta-se por meio da revisão bibliográfica sobre a história da educação de surdos, as principais abordagens educacionais (oralismo, comunicação total e bilinguismo) e no marco legal que assegura os direitos linguísticos da comunidade surda, especialmente o Decreto nº 5.626/2005. A metodologia utilizada foi bibliográfica, complementada pela aplicação de questionários a alunos surdos, observações e vivências da autora deste trabalho. Com base nos resultados, conclui-se que o *campus* tem proporcionado condições para que os surdos avancem nos seus estudos, principalmente por meio da acessibilidade linguística; contudo, há situações e metodologias a serem repensadas para que a inclusão a esse público seja promovida com equidade.

Palavras-chave: Acessibilidade, Educação Inclusiva, Libras, Surdo.

ABSTRACT

This Course Completion Work analyzes the inclusion of deaf students at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Tocantins (IFTO), Porto Nacional Campus, seeking to answer the research problem: How does the inclusion process of deaf students occur at IFTO Porto Nacional Campus, and what are the main challenges they face in the school environment? To this end, the research had the specific objectives of analyzing the conformity and effectiveness of the accessibility structures, identifying and characterizing the methodological barriers in the teaching-learning process, and proposing guidelines for strengthening inclusive pedagogical practices for deaf students. The research is based on a bibliographic review of the history of deaf education, the main educational approaches (oralism, total communication, and bilingualism), and the legal framework that ensures the linguistic rights of the deaf community, especially Decree No. 5.626/2005. The methodology used was bibliographic, complemented by the application of questionnaires to deaf students, observations, and the author's personal experiences in this work. Based on the results, it is concluded that the campus has provided conditions for deaf students to advance in their studies, mainly through linguistic accessibility; however, there are situations and methodologies that need to be rethought so that inclusion for this public is promoted with equity.

Keywords: Accessibility, Inclusive Education, Libras (Brazilian Sign Language), Deaf.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – IFTO inclusão tem?	27
Gráfico 2 – Professores metodologia diferentes ajudar surdo estudar.....	27
Gráfico 3 – NAPNE ajudar você estudar?.....	29
Gráfico 4 – Como você avalia os intérpretes de Libras?.....	30

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Intérprete de Libras em evento.....	21
Imagem 2 - Prova em Libras.....	21
Imagem 3 - Aluna surda apresentando seminário.....	22
Imagem 4 - Vídeo institucional com janela de Libras.....	22
Imagem 5 - Mensagem escrita pela aluna em 2002.....	33
Imagem 6 - Mensagem escrita pela aluna em 2025.....	33

LISTA DE SIGLAS

IFTO Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Libras Língua Brasileira de Sinais

LSF Língua Francesa de Sinais

CNAPNE Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

L1 Primeira Língua

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

AEE Atendimento Educacional Especializado

PIBID Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 HISTÓRIA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL.....	14
2.1 Oralismo	15
2.2 Comunicação Total.....	16
2.3 Bilinguismo.....	16
3 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	18
4 O INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS COMO RECURSO PEDAGÓGICO HUMANO.....	20
5 ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
5.1 Materiais e Métodos	24
5.2 Universo da Pesquisa.....	24
5.3 Instrumentos de Coleta de Dados.....	24
5.4 Análise dos Dados	25
5.5 Considerações Éticas	25
5.6 Universos da Pesquisa	25
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	26
6.1 Perfil dos Estudantes	26
6.2 Inclusão.....	27
6.3 Metodologias	27
6.4 Desafios	28
6.5 Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	29
6.6 Tradutores Intérpretes de Libras	30
6.7 Sugestões de mudança para o IFTO, <i>Campus</i> Porto Nacional	31
6.8 Integração Social e Inclusão	32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas surdas na educação envolve não apenas o acesso, mas, da permanência até a conclusão dos estudos e no que se refere a Educação de Surdos, ao longo da história, esse processo passou por diferentes fases educacionais. Atualmente no Brasil, existem leis que asseguram o direito à educação inclusiva e o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), porém, há desafios no cotidiano escolar e acadêmico que não devem ser ignorados, pois, o direito à educação é para todos.

O Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins (IFTO), campus Porto Nacional, tem buscado promover ações voltadas à inclusão, por meio da atuação da Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CNAPNE), através da presença de tradutores intérpretes de Libras e de formações que estimulam práticas pedagógicas inclusivas. No entanto, é necessário compreender como esse processo tem ocorrido na prática e quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes surdos em sua trajetória acadêmica.

Dessa forma, a presente pesquisa tem como problema central: ocorre o processo de inclusão dos estudantes surdos no IFTO, *Campus* Porto Nacional, e quais são os principais desafios enfrentados por eles no ambiente escolar?

A pesquisa justifica-se pela importância de compreender as condições de inclusão e acessibilidade vivenciadas pelos surdos, em uma instituição pública que tem como princípio a educação para todos. Refletir sobre essa temática contribui para o fortalecimento das políticas inclusivas, para a melhoria das práticas pedagógicas, além disso, o estudo busca dar visibilidade à experiência dos estudantes surdos, ampliando o debate sobre equidade e diversidade linguística dentro do IFTO campus Porto Nacional.

A metodologia é de caráter qualitativo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais que tratam da educação e inclusão de surdos no Brasil. Já o estudo de caso ocorreu no IFTO – campus Porto Nacional, utilizando-se questionários aplicados a estudantes surdos e com o objetivo de compreender suas percepções sobre o processo de inclusão e as principais dificuldades enfrentadas no ambiente acadêmico.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo de inclusão dos estudantes surdos no Instituto Federal do Tocantins (IFTO), *Campus* Porto Nacional, identificando os principais desafios enfrentados por eles no ambiente acadêmico.

Este trabalho está estruturado em três capítulos principais. O Capítulo 1 apresenta a História da educação dos surdos, abordando as diferentes filosofias educacionais, como o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. O Capítulo 2 trata da legislação e das políticas públicas que amparam a inclusão dos surdos na educação brasileira. Por fim, o Capítulo 3 aborda sobre o papel do intérprete educacional, capítulo 4 é sobre as metodologias utilizada para desenvolver essa pesquisa e para finalizar o capítulo 5 apresenta o estudo de caso realizado no IFTO, *Campus* Porto Nacional, analisando quais desafios persistem e de que forma a instituição pode aprimorar suas práticas inclusivas.

2 HISTÓRIA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL

A educação de surdos no Brasil iniciou no século XIX, no ano de 1857 quando foi criada a primeira escola para Surdos no dia 26 de setembro, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, no Estado do Rio de Janeiro. Nesse período, a escola ficou sob a responsabilidade do professor francês Ernest Huet, ele era surdo, e trouxe para o Brasil a Língua de Sinais Francesa (LSF), por isso, essa escola é considerada o ponto de partida da educação formal dos Surdos Brasileiros. Sá (1999).

O objetivo do Instituto era além de educar, integrar as pessoas surdas na sociedade, porque os estudos estavam voltados não somente para o desenvolvimento intelectual, mas, também para o profissional. Conforme (Góes, 1996, p. 23). a missão da instituição era “tirar os surdos-mudos do estado de abandono e torná-los úteis à pátria e à família” ou seja, a instituição buscava incluir os surdos no mundo do trabalho.

Nos primeiros anos, o Instituto adotava o método misto, que combinava o ensino de sinais e a oralização, as aulas eram em Língua de Sinais, com base no modelo trazido por Huet, que adaptou os sinais franceses para a realidade brasileira e assim, nessa mistura de LSF com os sinais usados pelos surdos brasileiros nasceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras), conforme as autoras (Quadros; Karnopp, 2004).

Os alunos aprendiam leitura, escrita, cálculo e ofícios manuais, como marcenaria, sapataria e encadernação para os meninos, enquanto as meninas tinham aulas de costura e bordado, havia também disciplinas religiosas. A instituição funcionava como um internato onde os estudantes permaneciam por longos períodos na escola, famílias de outros estados também enviavam seus filhos surdos e assim, só retornavam para casa nas férias, final de ano ou quando concluíam os estudos. (Brasil, 2011).

De acordo (SÁ, 1999) no ano de 1880 entre os dias 6 a 11 de setembro houve uma reunião entre educadores de vários países para decidir o método de ensino que deveria ser adotado pelas escolas em relação à educação de Surdos, esse evento foi o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, conhecido como Congresso de Milão porque foi realizado na cidade de Milão, na Itália. Durante o congresso, foram apresentadas duas metodologias, uma que defendia o uso da língua de sinais e a outra que defendia o oralismo. De acordo com Strobel (2009, p.33):

Haviam 164 delegados no evento, sendo uma boa maioria de franceses e italianos a favor do oralismo, votou pela proibição da língua de sinais nas escolas da época. Apenas Estados Unidos e Inglaterra eram a favor do uso da língua de sinais. Os

próprios educadores surdos foram proibidos de votar. Com a influência de Grahn Bell pelas criações de aparelhos auditivos, admirados e criados como uma solução para a “cura” da surdez, o Congresso finalizou com a aprovação do método oral, único e exclusivo para a educação

Assim, essa decisão foi aderida aqui no Brasil e o Instituto também proibiu o uso das línguas de sinais, “muitas vezes, atadas suas mãos para se comunicarem visualmente, obrigando a se manifestarem através da oralidade” (Mori e Sander, 2015).

2.1 Oralismo

O alemão Samuel Heinicke, que elaborou a ideia do oralismo, ele defendia o ensino da fala aos surdos por meio da leitura labial e de métodos auditivos, não aceitava o uso da língua de sinais, pois, acreditava que os sinais atrapalhavam o aprendizado da fala e isso era a razão dos surdos terem dificuldades em ser inserido na sociedade onde a maioria era ouvinte. Assim, as escolas passaram a ter uma abordagem clínica e reabilitadora em vez de pedagógica, porque buscavam “normalizar” para que eles se comunicassem por meio da língua oral e essa abordagem educacional durou aproximadamente cem anos.

Entretanto, essa metodologia trouxe prejuízos aos alunos que não conseguiam desenvolver a fala, o que dificultava a comunicação e o aprendizado, além da perda de identidade linguística e cultural do povo surdo (SACKS, 1989). Até os dias de hoje há reflexos desse período, como o uso de palavras pejorativas, como mudinho, e acreditar que oralizar seja mais benéfico que sinalizar entre outros preconceitos.

Contudo, o oralismo contribuiu para o avanço de estudos na área da fonoaudiologia e no entendimento do funcionamento da audição e da fala, porém, o agravante foi inferiorizar a língua de sinais, sem antes um estudo a respeito, houve um julgamento embasado no preconceito. Wrigley (1996), o oralismo foi o período da:

A história dos surdos é uma decepção, Universidade Estadual de Maringá 02 a 04 de dezembro de 2015 7 simplesmente reescrevendo a dominação e a exclusão que têm mais frequentemente sido conhecidas como os “marcadores” da experiência histórica das pessoas surdas. Nenhuma outra ocorrência na história da educação de surdos teve um grande impacto nas vidas e na educação dos povos surdos.

Devido aos poucos resultados positivos no oralismo os educadores e familiares perceberam que era preciso mudar para um método que permitisse o acesso ao conhecimento e assim, iniciaram movimentos reivindicando mudanças na educação de surdos e assim surgiu o método da Comunicação Total.

2.2 Comunicação Total

A Comunicação Total surgiu como uma tentativa de garantir que as crianças surdas conseguissem se comunicar e aprender, usando sinais, fala, escrita e gestos (Sá, 1999).

Esse método era mais flexível e adaptável, permitindo que a pessoa surda recebesse instrução de acordo com suas habilidades linguísticas e cognitivas, isso representava um avanço em relação ao modelo oralista.

A Comunicação Total foi inspirada em experiências de escolas nos Estados Unidos e Europa, que buscavam combinar sinais e fala para promover melhor aprendizado e inclusão social (Quadros; Karnopp, 2004) e durante esse período houve uma elevação no grau de escolarização dos surdos, pois, conseguiam aprender com facilidade as disciplinas ministradas em língua de sinais.

Na década de 1960, o professor da Universidade Gallaudet, Dr. William C. Stokoe inicia os estudos em Língua de Sinais e consegue provar que a língua de sinais americana usada pelas comunidades de surdos tem aspectos linguísticos. O professor Stokoe consegue provar que a língua de sinais americana é uma língua natural, completa e complexa, usada pela sociedade surda americana e que possuía aspectos linguísticos de estruturas da linguagem humana, com o reconhecimento de que não se tratava de gestos e sim uma língua e isso se aplicava às demais línguas de sinais pelo mundo.

No Brasil, esse reconhecimento ocorreu em 2002 quando a Libras foi oficializada pela Lei nº 10.436 de 24 de abril, passando assim, os surdos brasileiros a terem o direito de usar sua língua natural em todos os ambientes da sociedade, e várias outras conquistas vieram principalmente na área da educação e atualmente, na educação os surdos no Brasil busca seguir o modelo bilíngue

2.3 Bilinguismo

Bilinguismo significa ter fluência em duas línguas, e se tratando de bilinguismo para surdos na Educação, isso significa que é o uso da Libras como língua de instrução e a língua portuguesa na modalidade escrita, conforme o decreto nº 5.626/05 art. 14, c, “o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas”, portanto, a língua portuguesa deve ser estudada para ser lida, interpretada e escrita por parte dos surdos, e não falada.

Assim, nas escolas bilíngues para surdos as aulas são ministradas diretamente em Libras, por tanto sem a necessidade do intérprete de Libras em sala de aula, em relação à Língua Portuguesa será ensinado como segunda língua, com atividades escritas adaptadas.

No Tocantins, até o presente ano de 2025, somente na cidade de Palmas há uma escola bilíngue, a Escola Criança Esperança a proposta é ampliar para demais cidades nos próximos anos.

A modalidade de educação bilíngue será para além dos currículos acadêmicos do ensino regular e atende o eixo educação inclusiva do Programa de Fortalecimento da Educação (Profe). Os níveis ofertados pela escola são 6º ao 9º ano do ensino fundamental; e da 1º a 3º série do ensino médio, com turmas de período integral (Secretária da Comunicação).

O bilinguismo é, atualmente, o modelo recomendado pela legislação brasileira, sendo respaldado pela Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras, e pelo Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta o ensino bilíngue nas escolas.

Esse modelo considera a Libras como a língua natural dos surdos, garantindo acesso à comunicação, ao conhecimento e à cultura surda, enquanto o português escrito é aprendido como instrumento de leitura e escrita.

Mas como o bilinguismo ainda está em processo de implantação, o que existe atualmente são escolas inclusivas onde os surdos estão inseridos e esse direito é garantido por lei.

3 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O marco relevante que iniciou a mudança em relação a educação para surdos no Brasil foi a Lei que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como língua das pessoas surdas e com isso, veio outros direitos importantes que está detalhado no Decreto nº 5.626/2005 regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Sobre o bilinguismo, o decreto estabelece que Libras é a primeira língua (L1) da pessoa surda, pois ela é o principal meio de comunicação e interação seja na escola ou na sociedade, assim, o acesso à educação deverá ser por meio da Libras.

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. Art. 14.

Para que isso seja possível, pensou-se primeiramente na formação dos professores, assim, os cursos de licenciatura devem ter no currículo o componente curricular em Libras, conforme consta no art. 9º, parágrafo único: “O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas”.

Outro ponto interessante a se destacar que as escolas passaram a ter a disciplina de Libras em todos os níveis e séries, por isso, a necessidade de professores formados em Libras, conforme art. 4º:

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Outro profissional que faz parte desse processo é o tradutor intérprete de Libras e sobre sua formação. No referido decreto no capítulo V, art. 21 explica que:

[...] as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

Nos incisos a seguir, explica onde mais o intérprete irá atuar para possibilitar a acessibilidade linguística do surdo, como por exemplo, em processos seletivos, aulas e toda atividade didático pedagógica, serviços e atividades-fim da instituição.

Além dessa Lei específica da Libras, temos também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assegurando às pessoas surdas o direito à educação em condições de igualdade. A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência, garantindo, em seu artigo 18, a formação de intérpretes de Libras, guia-intérpretes e profissionais capacitados em comunicação acessível, assegurando meios efetivos para que pessoas com deficiência sensorial ou dificuldade de comunicação possam interagir plenamente com a sociedade. Este artigo marca o reconhecimento formal da importância de profissionais que atuam diretamente na inclusão e acessibilidade.

Em resumo, o decreto institucionaliza o modelo bilíngue, reconhecendo a Libras como língua natural dos surdos e o português escrito como segunda língua, promovendo a educação inclusiva e o desenvolvimento pleno dos alunos surdos.

4 O INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS COMO RECURSO PEDAGÓGICO HUMANO

Segundo Costa (2019), para atender alunos com deficiência no ensino regular a escola precisa se adaptar às necessidades educacionais dos alunos. Nessa nova organização, deve garantir a acessibilidade aos conteúdos, possibilitando aos estudantes acesso a um ensino que valorize suas potencialidades, possibilitando o aprendizado.

O objetivo da escola inclusiva é por meio de recursos pedagógicos acessíveis que são instrumentos, materiais e estratégias, possibilitar ao estudante com deficiência participar do processo de ensino e aprendizagem com equidade. No caso dos alunos surdos, esses recursos precisam estar alinhados à questão da acessibilidade comunicacional, no caso dos alunos surdos do IFTO/campus Porto Nacional, quatro (4) usam a Libras e um (01) é oralizado. Em relação às adaptações para esse público é preciso considerar a visualidade como elemento principal do aprendizado, conforme Skliar (1998, p.11), “a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual”. Assim, vídeos em Libras, legendas e intérpretes são exemplos de ferramentas que garante o acesso ao conteúdo.

O intérprete educacional, é um recurso pedagógico humano e conforme Strobel (2008), esse profissional precisa ser fluente em Libras/Português, pois, atua como mediador da aprendizagem, possibilitando que o aluno se sinta pertencente ao ambiente escolar e consiga acompanhar as atividades.

A profissão de tradutor e intérprete de Libras foi oficialmente reconhecida no Brasil pela Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta o exercício da função e apresenta critérios, funções e responsabilidades definidas, assegurando também condições éticas e de valorização profissional.

De acordo com o artigo 6º da Lei nº 12.319/2010, são atribuições do tradutor e intérprete de Libras:

- I - Intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - Intermediar a comunicação entre surdos e surdos por meio da Libras para outra língua de sinais e vice-versa;
- III - Traduzir textos escritos, orais ou sinalizados da Língua Portuguesa para a Libras e outras línguas de sinais e vice-versa.

Além das atribuições do trabalho do intérprete de Libras, a referida Lei estabelece que o intérprete de Libras deve seguir um código de ética profissional. Esses princípios éticos são: a fidelidade à mensagem original, sem alterar, omitir ou acrescentar informações; ser imparcial,

ou seja, não acrescentar opiniões próprias, ter sigilo profissional, preservando a privacidade e a confidencialidade das informações interpretadas; respeito às diferenças culturais, sociais e linguísticas das pessoas surdas; competência profissional, buscando formação continuada e aprimoramento constante; responsabilidade essas postura ética devem estar presente em todas as situações de interpretação.

Em relação à educação, apenas inserir um intérprete em sala de aula não é suficiente, é preciso compreender que os recursos pedagógicos acessíveis para alunos surdos não se limitam a instrumentos materiais ou ao intérprete, mas, principalmente as metodologias e as atitudes do professor. Ao planejar uma aula, elabore atividades em que seja viável ao aluno surdo, para isso, é importante investir na formação continuada dos docentes, assim, ele conseguirá planejar aulas que atendam às necessidades educacionais do surdo que está ligado principalmente a questões linguísticas, bem como entender o papel do tradutor intérprete de Libras no processo de ensino e aprendizagem.

No IFTO campus Porto Nacional há uma equipe de seis (06) tradutores intérpretes de Libras, que tem acompanhado os alunos surdos, desde o processo seletivo, às matrículas, rematrículas, durante as aulas, reuniões, seminários, visitas técnicas, estágios, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e orientações de TCC, além de traduzir artigos, atividades, provas, eventos, avisos, vídeos institucionais e acompanhar no contra-turno no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Imagem 1 - Intérprete de Libras em evento.



Fonte: CNAPNE

Imagem 2 – Prova em Libras.



Fonte: CNAPNE

Atualmente, devido ao quantitativo de intérpretes é possível trabalhar em duplas, realizando revezamento durante suas atuações, conforme previsto na Lei 12.319/2010, Art. 8, parágrafo único: “O trabalho de tradução e interpretação superior a 1 (uma) hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento com no mínimo 2 (dois) profissionais”. Porém, nem sempre foi assim, já foi possível presenciar intérpretes atuando sozinhos em sala de aula o que acarretou além do cansaço físico e mental, intérpretes com lesões no pulso ou ombro devido aos movimentos repetitivos, contudo, todos os surdos que solicitaram acompanhamento por esses profissionais foram atendidos.

Imagem 3 - Aluna surda apresentando seminário



Fonte: Pablo Felipe.

Imagem 4 - Vídeo institucional com janela de Libras



Fonte: @ifto.portonacional (Instagram).

Porém, é importante ressaltar que apesar desse acompanhamento próximo, o intérprete de Libras, não é um colega, ou um aluno, um vigilante ou um facilitador de fraude. Ele é um profissional de apoio comunicacional e seu papel é auxiliar na comunicação do surdo com o ouvinte e seu trabalho dever ser em parceria com o professor regente da turma, isso ocorre quando o professor encaminha o conteúdo da aula com antecedência para o intérprete, assim, ele consegue se preparar para a aula. Encaminhe as avaliações com antecedência para que seja elaborada a tradução para a Libras, quando o professor adapta atividades para o aluno surdo

tenha autonomia na realização como atividades respondidas diretamente em Libras, respeitando a L1 do surdo, ou faça mudanças nas metodologias de ensino para se adequar às condições do aluno surdo, além de outros, essas mudanças é possível, quando o professor busca em sua formação continuada aprender mais sobre educação para surdos.

Portanto, conforme Quadros e Karnopp (2004) a formação do professor para o ensino de alunos surdos deve ir além do conhecimento técnico sobre Libras — ela precisa incluir reflexões sobre educação inclusiva, cultura surda, metodologias bilíngues e acessibilidade comunicacional. Somente com uma formação sólida e contínua será possível garantir uma prática pedagógica que promova a aprendizagem significativa, o respeito à diferença e a plena inclusão dos alunos surdos no ambiente escolar.

5 ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 Materiais e Métodos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativa, descritiva e exploratória. Seu principal objetivo é compreender as práticas de acessibilidade e inclusão voltadas para público surdo no Instituto Federal do Tocantins (IFTO), *Campus* Porto Nacional, a partir das experiências vivenciadas por estudantes surdos que estudam e outros já egressos.

A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma análise mais aprofundada das percepções, vivências e significados atribuídos pelos participantes, considerando a complexidade das interações humanas e sociais envolvidas no processo educativo. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa valoriza a subjetividade e a realidade construída pelos sujeitos, sendo especialmente adequada para estudos que buscam compreender fenômenos em seus contextos naturais. Além disso, toda a produção desta pesquisa foi elaborada inicialmente em Libras e, posteriormente, traduzida para o português escrito por intérpretes de Libras - Português, garantindo fidelidade linguística e respeito à língua de origem utilizada pela autora.

A pesquisa de campo, conforme Gil (2010), envolve a observação direta dos fenômenos no ambiente onde ocorrem, permitindo uma análise mais rica e contextualizada. Essa escolha metodológica foi essencial para captar não apenas os recursos e adaptações disponíveis, mas também a efetividade das práticas pedagógicas e institucionais em relação à inclusão do aluno surdo.

5.2 Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa foi composto por estudantes surdos regularmente matriculados e egressos no IFTO, *Campus* Porto Nacional, distribuídos nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Ensino Médio Integrado ao Técnico em Meio Ambiente. Ao todo foram considerados os dados de cinco (5) estudantes surdos matriculados no campus do período de 2018 a 2025.

5.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Os dados foram coletados utilizando *Google forms*, para os estudantes surdos matriculados e egressos do IFTO, *Campus* Porto Nacional. Para isso foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, as questões do formulário foram abertas e semiestruturadas, focando em coletar dados descritivos, discursos, narrativas e sugestões alinhados à natureza

qualitativa da pesquisa.

Em complemento ao formulário, o estudo incorporou a observação da própria pesquisadora, pois, sendo aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia há quatro anos no IFTO, *Campus* Porto Nacional, a pesquisadora pôde utilizar sua vivência

5.4 Análise dos Dados

O processo de análise deste TCC, iniciou-se com a leitura e compreensão das informações coletadas, incluindo as respostas da pesquisadora e identificando os temas que surgiram. Em seguida identificar semelhanças e diferenças nas vivências relacionadas à inclusão e à utilização dos recursos pedagógicos, e para finalizar foi realizado uma análise comparativa com o referencial teórico do trabalho e os autores estudados.

5.5 Considerações Éticas

As entrevistas foram realizadas de forma voluntária, com autorização dos participantes, que foram informados sobre os objetivos da pesquisa e o uso acadêmico das informações. Para preservar o anonimato, os nomes foram substituídos por códigos e o formulário não será anexado nesta pesquisa. Por se tratar de um estudo sem coleta de dados sensíveis e sem risco aos participantes, a pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética.

5.6 Universos da Pesquisa

A amostra desta pesquisa compreende cinco (05) estudantes com surdez, matriculados nos cursos do ensino médio e ensino superior. A escolha desse público ocorreu pelo objetivo de compreender as experiências educacionais e os desafios enfrentados no contexto acadêmico, especialmente no que se refere à acessibilidade, recursos pedagógicos e práticas inclusivas para pessoas surdas.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar as respostas obtidas por meio da pesquisa, que investigou as vivências e os desafios de acessibilidade pedagógica para estudantes surdos no Instituto Federal do Tocantins (IFTO), *Campus* Porto Nacional.

É importante ressaltar que o grupo de entrevistados é heterogêneo, tanto em termos de perfil linguístico quanto de trajetória acadêmica.

6.1 Perfil dos Estudantes

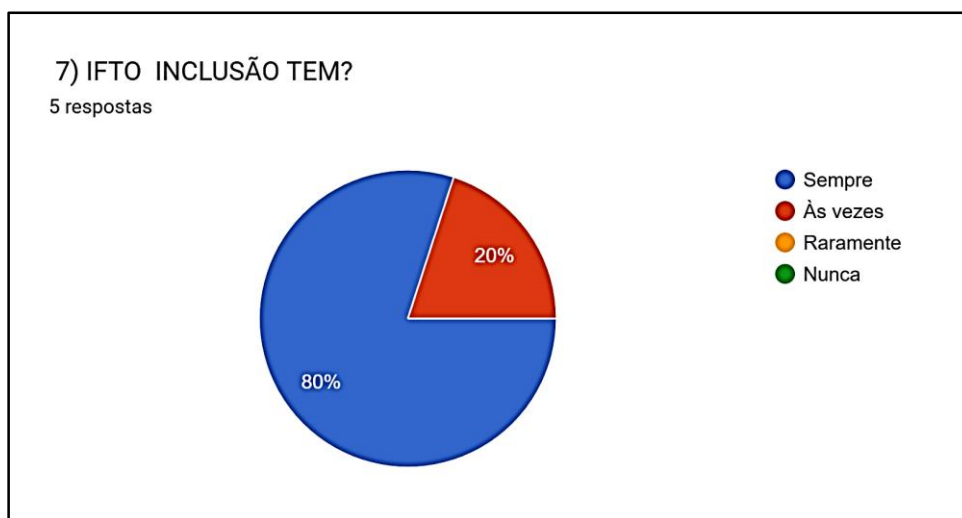
Os participantes desta pesquisa são compostos por cinco estudantes surdos do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), *Campus* Porto Nacional, que estiveram matriculados em algum momento entre os períodos de 2018 a 2025. Dos cinco entrevistados, quatro (04) utilizam a Libras como principal meio de comunicação, enquanto um (01) participante prefere a comunicação por meio da leitura labial e da escrita. Essa diferença linguística evidencia a heterogeneidade existente na comunidade surda, reforçando a importância de práticas pedagógicas flexíveis e acessíveis a diferentes perfis de alunos.

Em relação à formação acadêmica, um (01) dos participantes já concluiu o ensino superior, um (01) concluiu o ensino médio, e três (03) estão cursando o ensino superior no IFTO. Essa diversidade de níveis de escolarização possibilita uma compreensão mais ampla das vivências educacionais e dos desafios enfrentados pelos surdos em diferentes etapas da trajetória formativa.

Todos os participantes manifestaram interesse em contribuir com o estudo e autorizaram o uso de suas respostas de forma anônima e confidencial. Para preservar a identidade dos entrevistados, suas falas são identificadas no texto por meio de códigos, como Participante 1 (P1), Participante 2 (P2), e assim sucessivamente.

6.2 Inclusão

Gráfico 1 – IFTO inclusão tem?



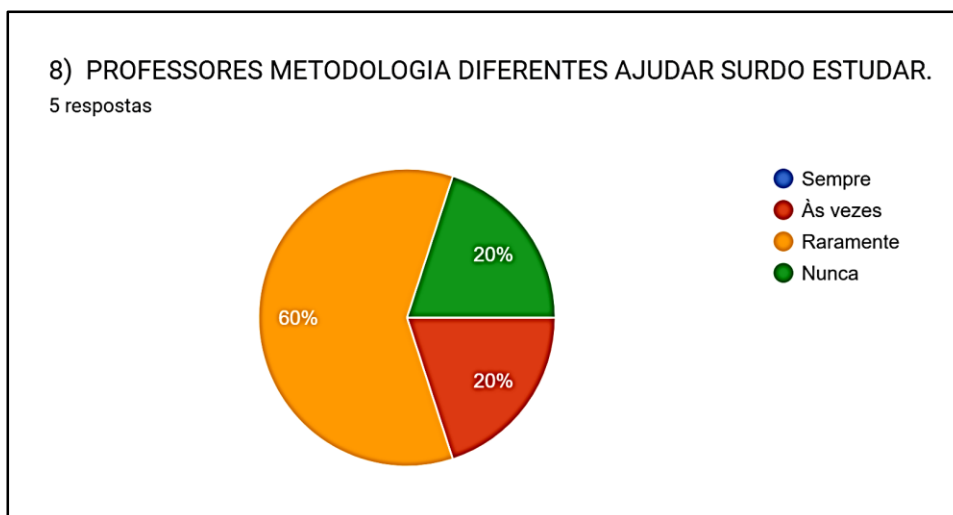
Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2025).

Ao serem questionados sobre a existência de inclusão no Instituto Federal do Tocantins (IFTO), 80% dos participantes afirmaram que sim, enquanto 20% responderam que a inclusão ocorre apenas às vezes.

Esse resultado demonstra que, embora a maioria reconheça esforços institucionais voltados à inclusão, ainda há situações em que as práticas inclusivas não se efetivam de maneira plena no cotidiano acadêmico.

6.3 Metodologias

Gráfico 2 – Professores metodologia diferentes ajudar surdo estudar



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2025).

Em relação às metodologias adaptadas pelos professores que proporcionam o aprendizado dos alunos surdos, 60% dos participantes afirmaram que isso ocorre raramente, 20% disseram que nunca ocorre, e apenas 20% responderam que às vezes os docentes adotam estratégias diferenciadas.

Esses resultados revelam que, as metodologias inclusivas ainda são pouco exploradas no contexto educacional do IFTO. A predominância das respostas “raramente” e “nunca” indica uma carência de práticas pedagógicas acessíveis. Conforme Quadros e Karnopp (2004), o ensino para surdos requer metodologias visuais, com o uso de recursos como imagens, vídeos, objetos concretos, esquemas, e estratégias de interação visual, que favorecem a compreensão.

Sobre as metodologias utilizadas pelos professores, os participantes responderam o seguinte: P1: “professores precisam reflexão olha inclusão” P2: “pouco” P3: “quando o professor usa de recursos visuais durante as aulas”, revelando que o uso de estratégias específicas para alunos surdos ainda é limitado e eventual.

Exemplos de metodologias adaptadas é aceitar ao invés de atividade escrita, aceitarem atividade em vídeo onde o aluno irá se expressar na sua língua, com independência e autonomia, ao invés de diário de bordo escrito em Português, filmes com janela em Libras e/ou legendas.

Os estudantes também mencionaram que as metodologias visuais são as mais eficazes para sua compreensão, como demonstra a fala do P5: “*a visualização ajuda, pois faço leitura labial*”. Esse depoimento reforça a importância da postura do professor quando se tem um aluno oralizado.

Pela resposta é possível perceber que os alunos têm o conhecimento do que os professores precisam para ensinar a eles, só que isso ainda não acontece, a inclusão para os alunos surdos acaba dependendo apenas do intérprete e alguns professores ainda não mudaram suas metodologias.

De acordo com Skliar (1998), a inclusão do aluno surdo não se resume a inserir o surdo na sala de aula, é preciso uma reorganização metodológica para que o processo de ensino e aprendizagem se torne realmente acessível. Assim, as respostas dos participantes reforçam a necessidade de que os professores repensem suas práticas, incorporando recursos visuais.

6.4 Desafios

Quando questionados sobre os principais desafios enfrentados durante a trajetória escolar, as respostas revelaram aspectos relacionados tanto à atitude dos professores quanto à

comunicação. As respostas foram as seguintes:

P1: “Sim, preconceito. ”

P2: “Sim, mas eles, os professores, não sabem ensinar; também é difícil se comunicar. Só eles falam, é leitura labial, acompanhar o intérprete de Libras. Tem pouco preconceito, alguns já sabem respeitar os alunos surdos. ”

P3: “Desafio nenhum, pois sempre tive acompanhamento de intérprete, os colegas foram legais, interage bem e os professores eram bons. ”

P4: “Meu maior desafio dentro do IFTO foi a falta de respeito e empatia de um professor, por me forçar a me comunicar, mesmo sabendo da minha identidade surda. ”

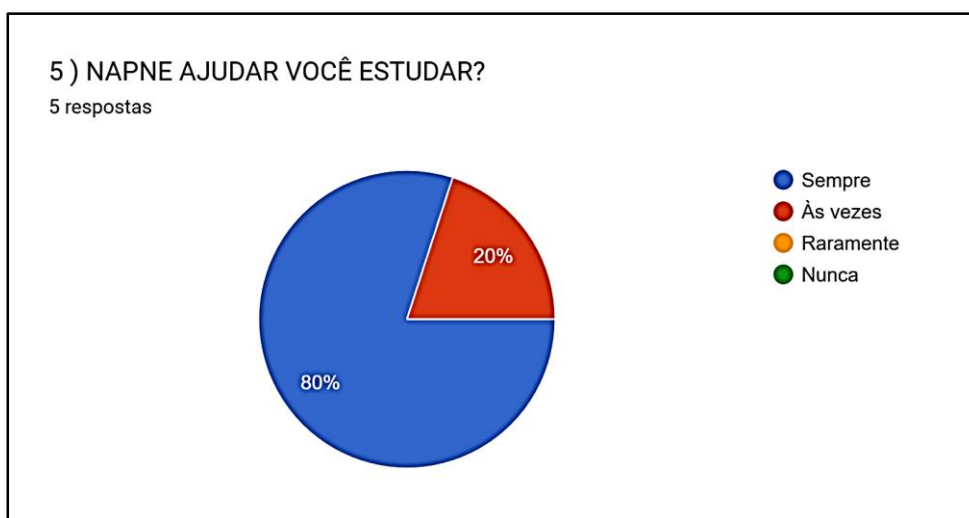
P5: “Falta capacitar os professores. ”

De acordo com as perspectivas desses estudantes, a inclusão de alunos surdos no IFTO apresenta avanços significativos, principalmente pela presença do intérprete de Libras e pelo convívio respeitoso entre colegas. No entanto, ainda há o que melhorar como à relação professor aluno. Essas dificuldades indicam a necessidade de formação docente, além de promover ações permanentes de conscientização e empatia, para fortalecer o respeito à identidade linguística e cultural da comunidade surda.

Dessa forma, compreende-se que a inclusão não se resume à presença de intérpretes, mas exige uma mudança de postura institucional e pedagógica, em que todos os profissionais estejam preparados para acolher, ensinar e aprender com a diferença.

6.5 Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

Gráfico 3 – NAPNE ajudar você estudar?



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2025).

A pesquisa mostrou que os alunos surdos têm uma visão positiva do CNAPNE / *Campus* Porto Nacional. De acordo suas respostas o CNAPNE cumpre o seu papel de dar apoio à educação deles. As respostas foram as seguintes:

P1: “Sim, fácil mais tradução de Libras. ”

P2: “Sim, intérprete de Libras me ajudar a explicar, descrever, interação, atividades, prova de vídeo é ótimo. ”

P3: “Tradução de atividades e provas em Libras. Estudo para seminário e prova. Gravo as atividades em Libras e os intérpretes fazem a tradução para os professores. ”

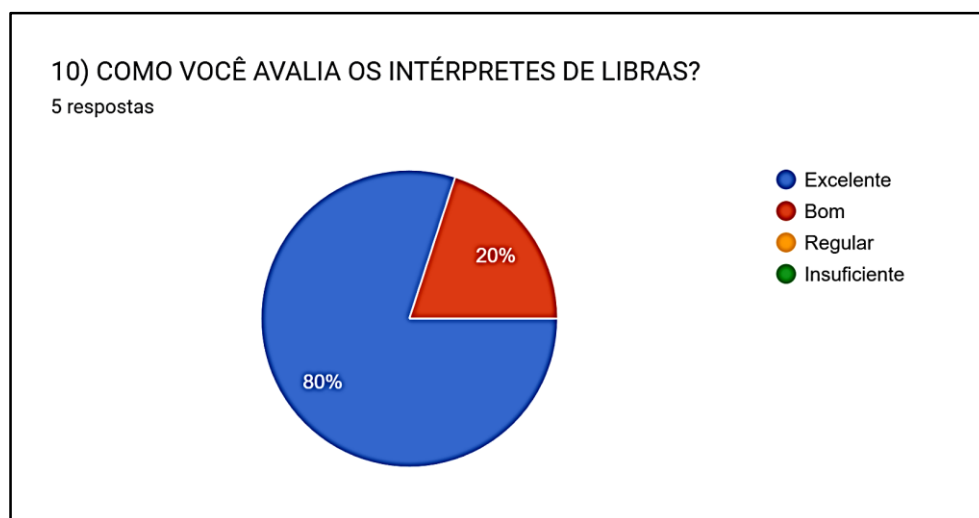
P4: “Durante minha trajetória obtive 100% o apoio da equipe do NAPNE. ”

P5: “Na maioria das vezes com conversas, porém não depende somente do NAPNE. ”

Nas respostas dos estudantes percebe-se o papel da tradução e interpretação como o principal meio auxiliar, pois, trata-se de apoio linguístico para o entendimento do conteúdo e atividades, adaptações de materiais como provas em Libras por meio de vídeos, além de receberem o apoio no contraturno, para estudo dirigido para estudo de seminários, para o aluno que respondeu que o acompanhamento foi de 100%, mostra que o suporte é contínuo.

6.6 Tradutores Intérpretes de Libras

Gráfico 4 – Como você avalia os intérpretes de Libras?



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2025).

A porcentagem de 80% demonstra que o serviço de interpretação não é esporádico, pois, mais da metade estão satisfeitos com a atuação dos tradutores intérpretes de Libras, e sua atuação abrange diversas situações como acesso ao conteúdo, permite ao estudante surdo

participar e interagir durante as aulas, auxilia os professores nas adaptações das provas. E mostra uma dependência do intérprete de Libras como único mediador da comunicação. Essa realidade confirma o que aponta Lacerda (2009) ao destacar ter o intérprete em sala de aula é fundamental, mas não substitui o papel pedagógico do professor, que deve estar preparado para planejar aulas acessíveis levando em consideração que a Libras é a primeira língua do surdo e o português escrito como segunda língua.

Diante o exposto cabe a reflexão que sem a presença do intérprete o direito do aluno surdo à educação inclusiva seria comprometido.

6.7 Sugestões de mudança para o IFTO, Campus Porto Nacional

Sob a perspectiva dos estudantes surdos percebe-se duas questões: o reconhecimento dos recursos humanos e a necessidade de mudanças nas práticas pedagógicas e até atitudinais.

Alguns manifestaram estar completamente satisfeitos em relação aos profissionais e ao setor que os acompanha, *P3: “Nada. Continuar assim”* e *P4: “O IFTO tem excelentes profissionais qualificados”*. Um ponto crítico levantado pelos alunos surdos foi sobre a metodologia de ensino, sendo uma demanda importante para que as mudanças necessárias aconteçam. Como é possível observar nas respostas *P1: “Principal, respeitos a todos iguais”* e *P2: “ Sim precisa mudar é disciplina, atividades adaptadas, seminários, slides e Libras. Melhora os ouvintes, precisa entender”*. Em relação a didática dos docentes um aluno relatou: *P4: “...durante toda minha trajetória não houve nenhuma disciplina com metodologias ativa para aluno surdo. ”*

Essas respostas indicam que a tradução da aula não é suficiente. O conteúdo deve ser ensinado, repassado com uma abordagem visual e ativa que contemple a forma de aprendizado da pessoa surda.

Por fim, um aspecto social e interpessoal foi levantado com a observação do *P5: “deveria melhorar o ego de alguns professores, fora isso não tenho o que reclamar do If”*. Essa crítica mostra barreiras atitudinais que mesmo em um ambiente com avanços significativos, podem prejudicar a experiência do aluno surdo. A melhoria no ambiente de aprendizado depende não apenas de recursos adaptados, mas também da sensibilidade, humildade e abertura do corpo docente para interagir de forma eficaz e respeitosa com o estudante, acolhendo as necessidades e o apoio do intérprete.

A sugestão final do aluno de que "Melhora ouvintes precisa entender" reforça a necessidade das ações já realizadas pelo CNAPNE de conscientização e formação continuada para os docentes e demais alunos ouvintes, visando a construção de uma cultura acadêmica inclusiva.

6.8 Integração Social e Inclusão

A análise das respostas sobre a integração social dos estudantes surdos no IFTO - Campus Porto Nacional apresenta um panorama positivo. A maioria das respostas demonstra que os estudantes surdos se sentem incluídos e valorizados no ambiente universitário. Um dos relatos afirma o seguinte: P3: "Sim. Todos me incluir todo ambiente, sala aula, estágio, PIBID, não senti preconceito nada, marcamos para estudar ou elaborar material estudamos juntos boa interação."

Esta resposta evidencia que a inclusão é efetiva em múltiplos cenários: acadêmico (sala de aula), profissionalizante (estágio) e de pesquisa/extensão (PIBID). Quando a participante ressalta "*estudar ou elaborar material juntos*" indica a boa relação entre os colegas, superando barreiras linguísticas e atitudinais.

A resposta do participante P1: "*interação, conhecimento, mas diferentes línguas*", ressalta o valor da diversidade linguística (Libras e Português) o que auxilia no processo de aprendizagem.

A experiência da pesquisadora é uma evidência do potencial que o meio bilíngue tem para a aquisição de uma nova língua. Ao ingressar no curso, seu conhecimento da Língua Portuguesa era limitado, a comunicação no WhatsApp por exemplo era por mensagens figuras; no entanto, após quatro anos, ela demonstra autonomia na escrita, sendo capaz de redigir recados e anotações em sala de aula, como pode ser observado e comparado as imagens 5 e 6, a seguir.

Imagem 5 - Mensagem escrita pela aluna surda em 2022



Fonte: Lelma Nunes (2022).

Imagem 6 - Mensagem escrita pela aluna surda em 2025



Fonte: Lelma Nunes (2025).

Apesar de pontos positivos, a inclusão é percebida com ressalvas, um participante indica que a inclusão ocorre, *"Sim, mas não de forma 100%"*.

Essa observação sugere que, embora o preconceito explícito possa ser raro ou inexistente, ainda existem situações na escola que impedem a sensação de pertencimento completo. Essas situações podem estar ligadas à necessidade de adaptações metodológicas citadas em dados anteriores ou a momentos de falha na comunicação de alguns membros da comunidade acadêmica (ouvintes), como visto na resposta do P1: *"melhorar ouvintes precisa entender"*. Assim, os dados apontam para um ambiente social receptivo e proativo na inclusão dos estudantes surdos, caracterizado pela interação e ausência de preconceito, mas que ainda busca melhorias para que a inclusão aconteça.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de surdos no Instituto Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional apresenta avanços significativos, embora ainda enfrente desafios. A análise desenvolvida ao longo deste trabalho mostra que a instituição se encontra alinhada à legislação brasileira pertinente, como a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, e tem buscado estruturar ações que garantam o direito linguístico, o acesso ao currículo e a permanência dos estudantes surdos.

As práticas positivas identificadas demonstram o compromisso institucional com a inclusão, entre eles, destacam-se: a acessibilidade linguística proporcionada pela atuação dos tradutores e intérpretes de Libras (TILS) em regime de revezamento, conforme a Lei nº 12.319/2010, com 80% de satisfação dos participantes; o suporte ofertado pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE); as ações desenvolvidas pelo CNAPNE; e a existência de um ambiente social receptivo entre a comunidade acadêmica.

Apesar desses avanços, os dados coletados por meio dos questionários e observação da autora evidenciam que o processo de ensino-aprendizagem ainda enfrenta barreiras metodológicas e fragilidades na formação docente. A carência mais recorrente refere-se à falta de domínio da Libras e à escassez de metodologias visuais adequadas, o que compromete a mediação pedagógica. Sessenta por cento (60%) dos alunos relataram que as adaptações metodológicas ocorrem “raramente”, indicando dependência do intérprete e limitações no planejamento pedagógico. Tais achados reforçam o que afirma Lacerda (2009), ao destacar que o intérprete tem papel fundamental, mas não substitui o professor na elaboração de práticas acessíveis. Do mesmo modo, Quadros e Karnopp (2004) defendem que, sendo a Libras a L1 do estudante surdo, o ensino deve incorporar estratégias visuais que contemplem sua experiência linguística.

Conclui-se que o IFTO possui condições favoráveis para avançar na consolidação de práticas inclusivas mais efetivas. Recomenda-se o fortalecimento da formação continuada dos docentes, tanto em Libras quanto em metodologias bilíngues e visuais, além da ampliação de práticas pedagógicas que acolham produções em Libras, como vídeos e apresentações sinalizadas. Sugere-se também intensificar o planejamento conjunto entre professores e intérpretes, bem como promover ações permanentes de sensibilização da comunidade acadêmica para o respeito à identidade linguística e cultural da pessoa surda.

Dessa forma, esta pesquisa reafirma a relevância do problema investigado ao evidenciar como o processo de inclusão no IFTO está estruturado e quais desafios persistem. A verdadeira

inclusão, conforme aponta Skliar (1998), não se restringe ao ato da matrícula, mas se concretiza quando são garantidas condições reais para que o aluno surdo desenvolva autonomia, participe plenamente da vida acadêmica e seja reconhecido como sujeito de direitos, cultura e língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELINI, P. M. **Educação inclusiva**: práticas e desafios. Editora da Universidade, 2012.
- BANKS, J. A. **Multicultural education**: Issues and perspectives. Wiley, 2007.
- BARBOSA, M. L. **A inclusão escolar e a diversidade**: Desafios e estratégias. Editora Educação e Cultura, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEZERRA, A. A. **A inclusão no ensino superior**: Desafios e estratégias para a participação dos alunos com deficiência. Educação e Realidade, 2011.
- BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Índice de Inclusão**: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. Brasília: MEC/UNESCO, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 1996.
- BRASIL. **Lei n.º 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015.
- BRASIL. **Lei 14.704** interprete de Libras. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm Acesso em: 04/11/2025
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). **Histórico institucional**. Rio de Janeiro: INES, 2011. Disponível em: <https://www.ines.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2025.
- CAMARGO, B. A. de O.; NARDI, R.; CORREIA, C. A. **Audiodescrição e ensino de ciências**: um recurso de acessibilidade para alunos com deficiência visual. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, 2010.
- CAPELLINI, M. A. P. **Acessibilidade e inclusão no ambiente escolar**. Editora ABC, 2004.
- CASTRO, C. M. F. de. **Acessibilidade e inclusão: direitos fundamentais das pessoas com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2015.
- COLKER, Ruth. **Digital Accessibility**: Principles and Practice. 2019.
- DECLARAÇÃO de Salamanca. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Framework de Ação para a Educação de Qualidade**. Salamanca: UNESCO, 1994.

DUHAU, E. **A inclusão escolar**: O que deve mudar nas práticas pedagógicas? In: Educação inclusiva: Contextos e desafios. São Paulo: Cortez, 2010.

FREITAS, S. N. **Educação inclusiva no ensino superior**: desafios e possibilidades. Revista Educação Especial, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

INSTITUTO Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). **Relatórios de Inclusão e Acessibilidade**. Acessado em out 2025.

IFTO. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**. Recuperado de <https://www.ifto.edu.br/2025-2029>.

KAUFFMAN, J. M.; HALLAHAN, D. P. **Manual de educação especial**: A educação inclusiva no contexto da educação superior. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas, 2017.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O intérprete de Libras no contexto educacional**. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). Educação de surdos: práticas e reflexões. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Machado, D. (2023). **Qualidade Social e Educação**: Reflexões e Práticas. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica.

MANTOAN, M. T. E. **Educação inclusiva**: O desafio da formação de professores. São Paulo: Moderna, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **A educação inclusiva e os desafios da diversidade no ensino superior**. Campinas: Papirus Editora, 2015.

MAZZOTTA, M. A. **Educação inclusiva**: Aspectos históricos, filosóficos e metodológicos. Campinas: Papirus, 2010.

MEDEIROS, A. L. **A formação de professores para a educação inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

MENDES, E. M.; NASCIMENTO, J. A. **Construção da educação inclusiva no Brasil: Avanços e desafios**. Revista Brasileira de Educação, 2016.

MILL, John Stuart. **On Liberty**. 1859.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MITCHELL, D. T.; SNYDER, S. L. **Narrative Prosthesis: Disability and the Dependencies of Discourse**. 2001.

MORGAN, M. E.; GATSON, P. **Digital Accessibility: Principles and Practice**. 2019.

NASCIMENTO, L. S. **Currículo adaptado para a inclusão: práticas e possibilidades**. Editora Inclusiva, 2014.

Paro, V. **Educação e Democracia: Desafios Contemporâneos**. São Paulo: Editora Cortez. 2018

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1999.